

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Prof^a Dr^a Tania Mara Zancanaro Pieczkowski
Itajaí, 19 de fevereiro de 2015



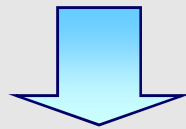
Ementa

Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior; desafios da profissão docente no contexto de inclusão; efeitos da presença de estudantes com deficiência nas práticas pedagógicas de professores universitários; dispositivos legais no campo da educação inclusiva na educação superior

**SOCIEDADE:
LEITO DE
PROCUSTO?**



Concepção de deficiência



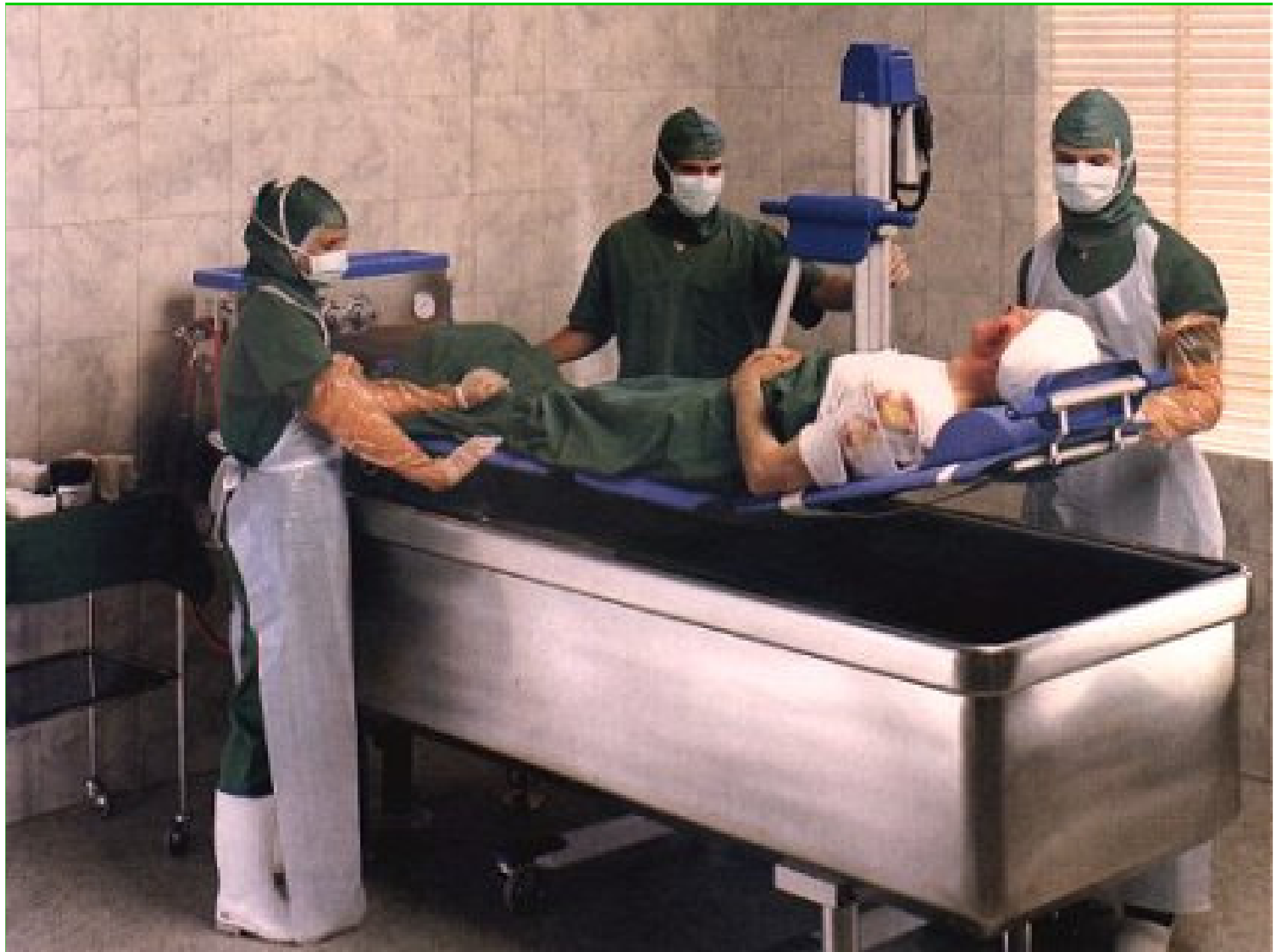
construção histórica

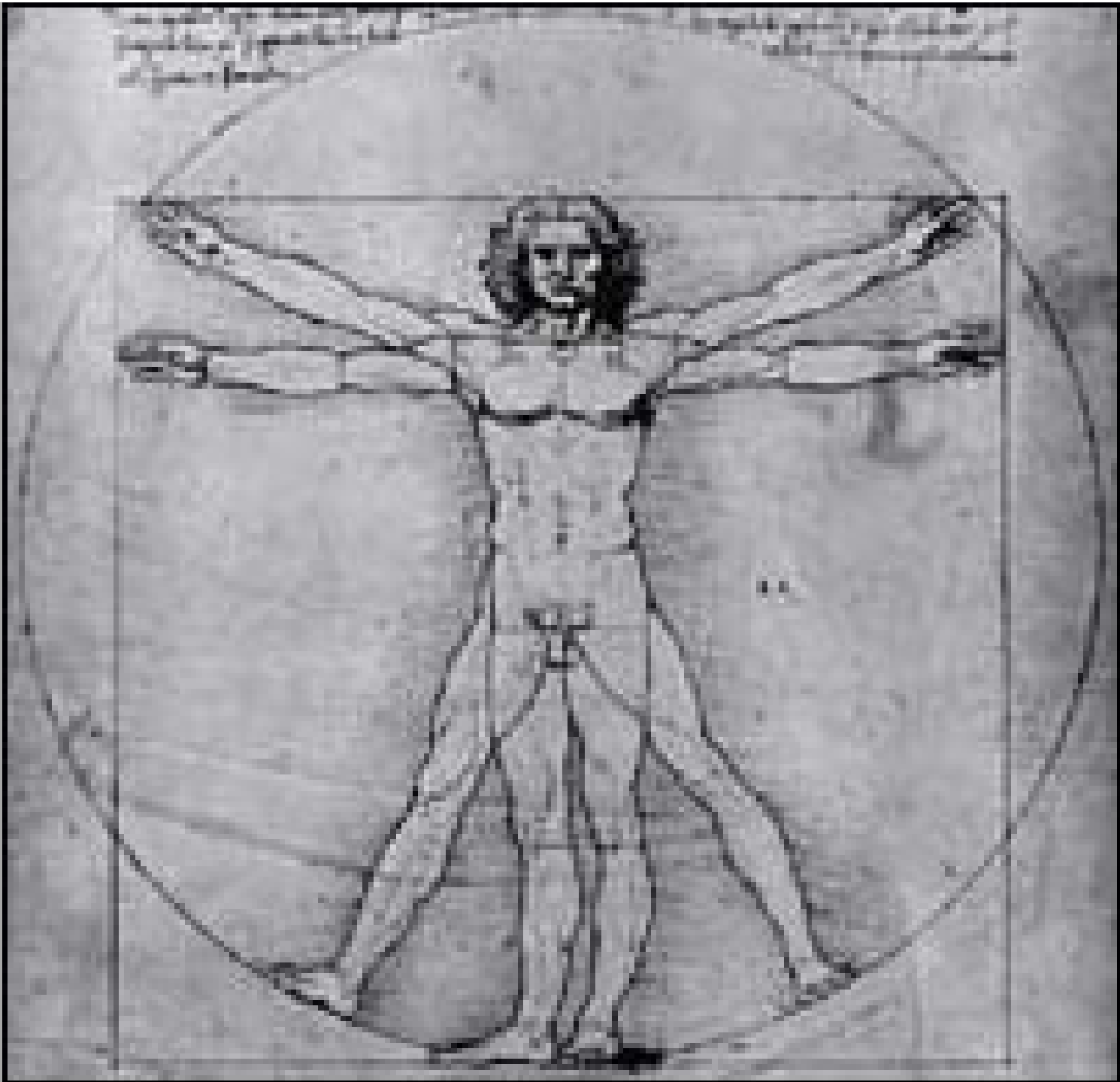




Stultifera Navis





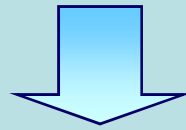


VIVA A DIFERENÇA!

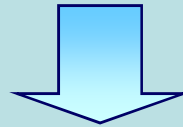


Paradigmas Educacionais

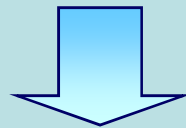
Institucionalização



Normalização

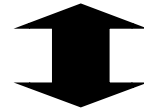


Integração

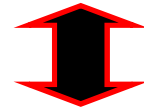


Inclusão

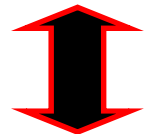
EDUCAÇÃO ESPECIAL



É uma modalidade de ensino



Realiza o atendimento educacional especializado



Prioriza a inclusão na escola regular

SISTEMA EDUCACIONAL






**Pessoas com
deficiência**

**Pessoas com
altas
habilidades/
superdotação**

**Pessoas com
transtorno
global do
desenvolvimento**



**Pessoas com
Transtorno do
Espectro Autista
- TEA**

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 1º

§ 2º A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

Conceito do Autismo Infantil (AI)

Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD).
Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID).

“Mais recentemente, denominaram-se os
Transtornos do Espectro do Autismo (TEA)
para se referir a uma parte dos TGD:
o Autismo; a Síndrome de Asperger;
e o Transtorno Global do Desenvolvimento
sem outra Especificação, portanto não incluindo
Síndrome de Rett
e Transtorno Desintegrativo da Infância”
(BRASIL, 2013, p. 14).

Cenário contemporâneo

- Contexto de expansão da educação superior brasileira;
- Aumento do número de estudantes com deficiência na educação superior;
- Novos desafios para os professores universitários na relação pedagógica com estudantes com deficiência;

Pessoas com deficiência no Brasil

45.606.048 milhões

corresponde a
23,9%
da população
brasileira

Censo Demográfico 2010

Estima-se que mais de um bilhão de pessoas vivam com alguma forma de deficiência, algo próximo de 15% da população mundial.
(SÃO PAULO, 2011, p. 7-8).

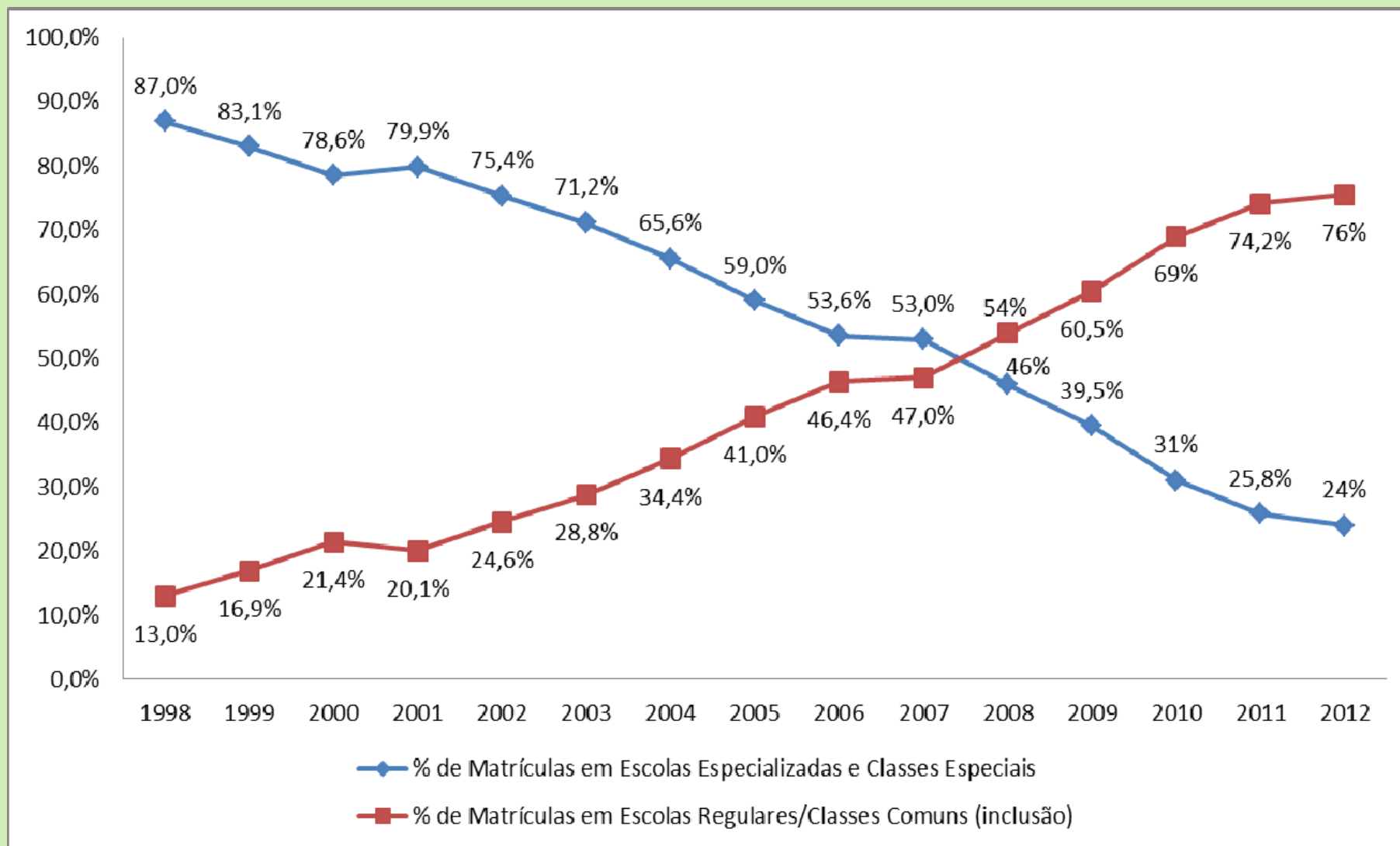
No mundo, estima-se em 95 milhões de crianças (5,1%), das quais 13 milhões (0,7%) possuem “deficiências graves”
(SÃO PAULO, 2011, p. 7-8).

Em 2012, o Censo da Educação Básica MEC/INEP registrou 820.433 matrículas, dentre as quais, 76% em classes comuns do ensino regular, representando crescimento de 143% em relação a 1998.
(BRASIL/MEC/SECADI/SESu-2013)

Aumentou 933,6% no número de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior no período de 2000 a 2010.
(BRASIL, MEC, 2012)

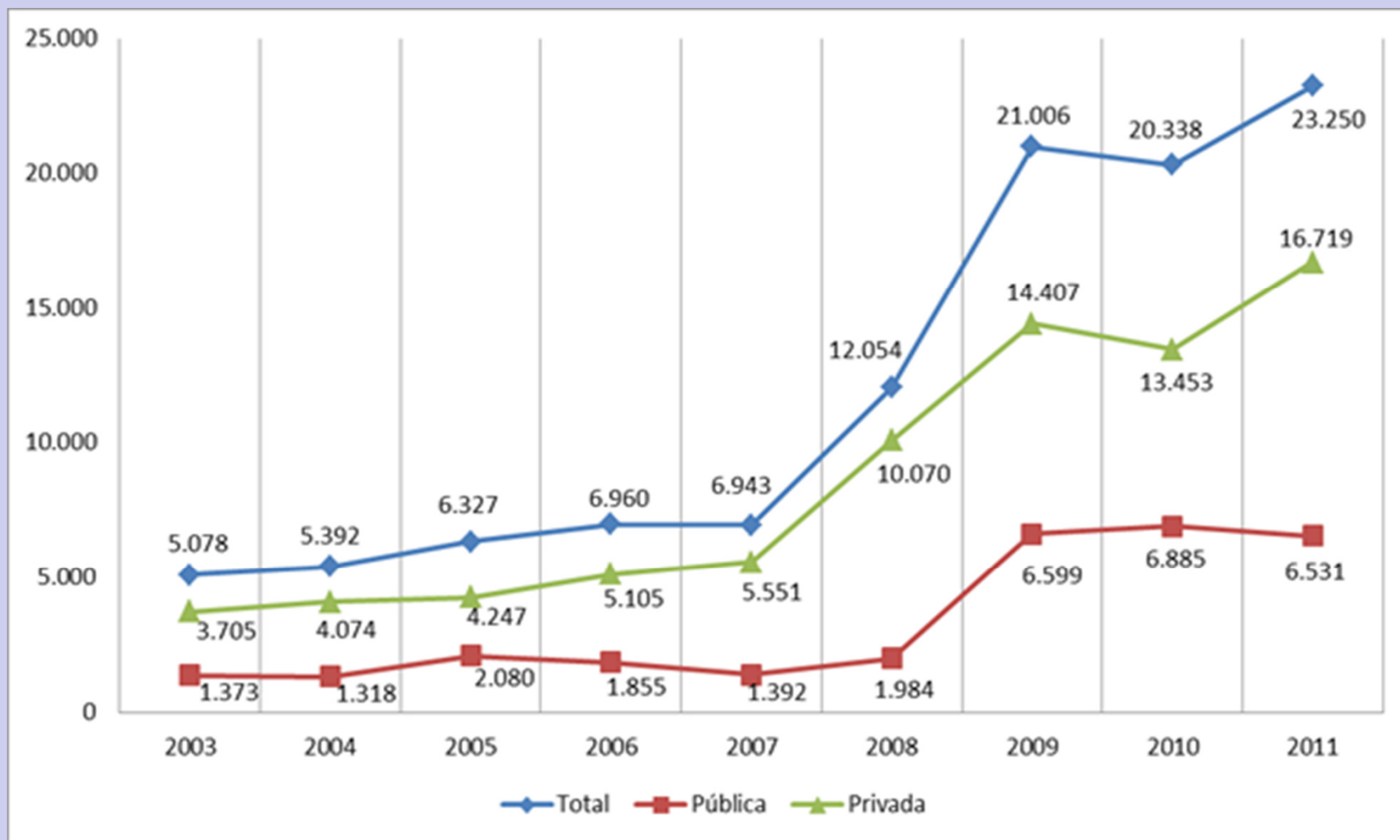
(SÃO PAULO, 2011, p. 7-8).

Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação básica



(BRASIL/MEC/SECADI/SESu-2013 - Documento orientador Programa incluir – acessibilidade na educação superior Secadi/Sesu-2013)

Evolução das matrículas do público da educação especial na educação superior



(BRASIL/MEC/SECADI/SESu-2013 - Documento orientador Programa incluir – acessibilidade na educação superior Secadi/Sesu-2013).

Quais os efeitos da inclusão de
estudantes com deficiência na
docência universitária?

Perguntas

- Que movimentos relativos à inclusão acontecem na universidade no presente?
- Quais os desafios da profissão docente no contexto de inclusão de estudantes com deficiência?
- Como acontecem os processos de subjetivação docente decorrentes das políticas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior?
- Quais os efeitos da presença de estudantes com deficiência nas práticas pedagógicas de professores universitários?

D	Formação do entrevistado	Cursos dos estudantes com deficiência	Caracterização dos estudantes
1	Pedagogia (G); Educação Especial (E); Educação (M e D).	Pedagogia; Filosofia.	Surdez; Cegueira; “Limitação cognitiva séria sem diagnóstico”
2	Jornalismo (G); Comunicação midiática (M);	Jornalismo.	Cegueira
3	Serviço Social e Direito (G); Administração (M).	Serviço Social ; Design.	Deficiência auditiva; Problemas neurológicos (disfunção na fala); Deficiência mental; Distúrbio psíquico; Surdez;
4	Desenho Industrial (G); Educação (M).	Design.	Surdez; Deficiência auditiva; Deficiência física (atrofia dos membros superiores); Baixa visão.
5	Letras (G); Aquisição da Linguagem (M).	Letras Libras.	Surdez.
6	Ciência da Computação (G).	Ciência da Computação; Sistema de Informação.	Cegueira; Surdez.
7	Psicologia (G); Fundamentos da Psicoterapia Analítica (E); Educação (M e D).	Administração.	Surdez.
8	Direito (G); Educação Ambiental (E); Integração Latino Americana (M).	Administração.	Surdez.
9	Administração (G); Desenvolvimento Gerencial; Marketing; Docência no Ensino Superior (E); Administração (M).	Administração.	Surdez.
10	Administração (G); Administração (M); Engenharia e Administração do conhecimento (D).	Administração.	Surdez.

**Cenários
Tendências
Desafios,
Movimentos
da Universidade**

Expandir e incluir

Profissão docente: desafios e resistências

O saber-saber e o saber-fazer
da profissão docente

não são dados *a priori*

arduamente
conquistados
ao longo
da carreira

Os condicionantes da ação docente

aparecem
no cotidiano

exigem
habilidade pessoal
para enfrentar
situações variáveis

Eu vou ser muito franca: melhor não ter em sala de aula. A gente já tem todos os outros problemas para lidar com os alunos, [...] que não leem, que escrevem mal, que não sei o quê, e mais isso? Então, assim, é melhor não ter (Docente 3).

Isso caiu assim, em cima de mim, como se fosse um paraquedas despencado em queda livre. Eu segui as orientações que os intérpretes nos passaram. Tu estás ministrando aula e não pode ficar de costa para elas [...], tem que gesticular e muitas vezes eu esqueço (Docente 8).

E aí assim, num estalo, dois minutos, quando eu comecei a fazer isso olhei para as duas, escrevi num papel um bilhetinho e expliquei: meninas, aconteceu isso, isso e isso, eu não tenho condições de dar aula para vocês. Se vocês quiserem, sintam-se à vontade para permanecer, ou para se retirar e nós vamos marcar um horário extra para que eu possa atendê-las junto com o tradutor para passar novamente esse conteúdo, tá? (Docente 7).

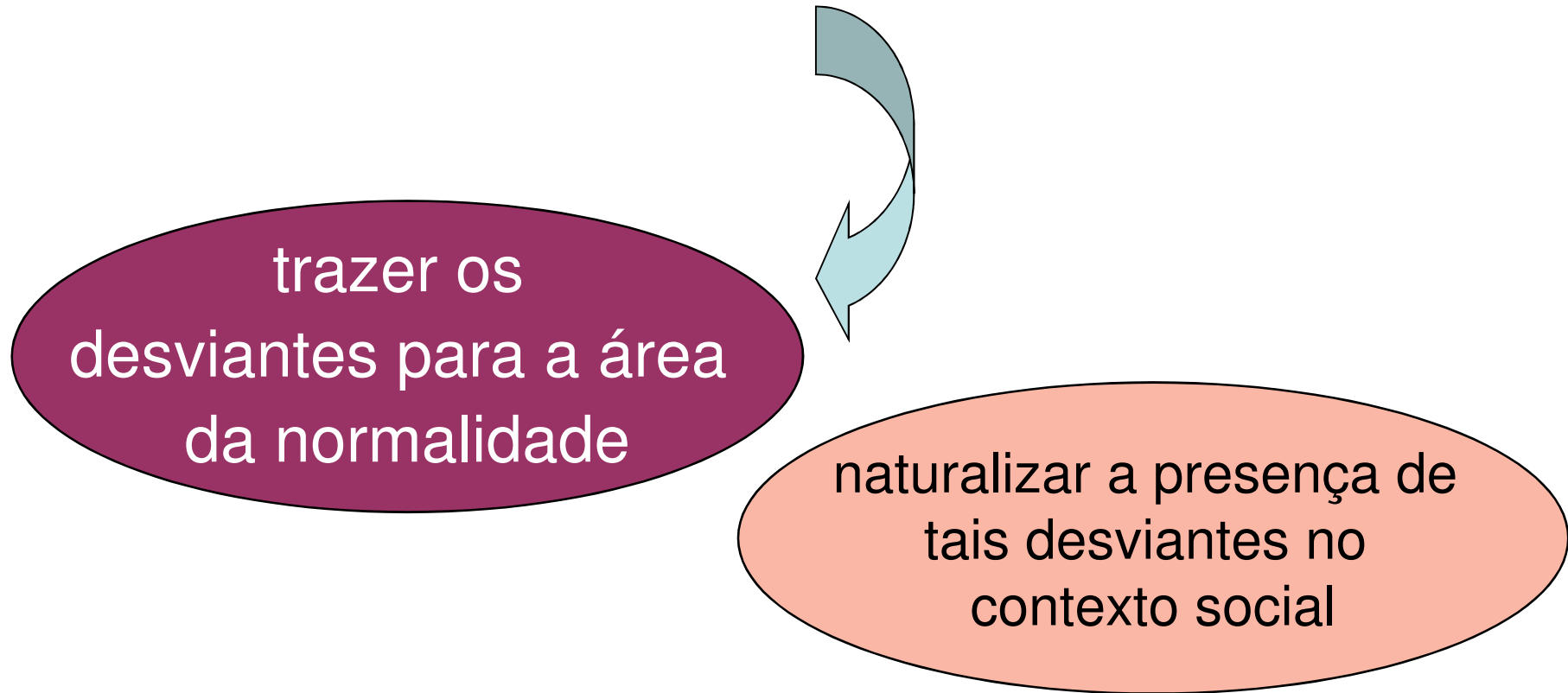
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO: TENSIONANDO POLÍTICAS INCLUSIVAS NA UNIVERSIDADE

Inclusão como mecanismo de normalização

**Processos de subjetivação docente frente às políticas de
inclusão**

Políticas inclusivas na docência universitária

Operações de normalização



(LOPES, 2009, p. 165).

Um desafio da contemporaneidade...

“manter os indivíduos sob sofisticado controle para que não escapem do olhar do mercado, para que se mantenham dentro de uma escala prevista de normalidade”.

(LOPES, 2009, p. 165).

Cada sociedade
tem seu regime de verdade
e sua 'política geral' de verdade



Os tipos de discurso
que ela acolhe e faz
funcionar como
verdadeiros

Tem mudanças sim. [...] você tem que pedir, por exemplo, para a aluna cadeirante, sala de aula acessível. Para quem lida só com números, isso é um efeito surpresa. Planejam o todo e você diz: aqui não dá, não. Tem que trocar esse laboratório, não tem estrutura (Docente 4).

[...] às vezes, trocando a verbalização pela imagem, a tua forma de discurso ou estratégias [...] acaba que os outros alunos [...] que você não suspeitava que pudessem ser favorecidos, eles são muito favorecidos, melhora como um todo a aula (Docente 4).

[...] o meu entendimento prévio como leiga, era que o aluno surdo teria plena capacidade de leitura [...] tentei preparar o maior número possível de slides e fui na coragem (Docente 10).

[...] eu não estava preparada, eu não estava e ainda não estou porque no meu mestrado de Direito, [...] a gente não teve uma disciplina de uma didática direcionada para uma situação dessas. [...] eu não tive e não tenho esse preparo, mas eu me esforço muito (Docente 8).

**INCLUSÃO NA DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA: OLHARES SOBRE O OUTRO
DA EDUCAÇÃO**

O estudante com deficiência e a docência universitária: efeitos desse encontro

Expectativas docentes relativas à inserção profissional dos egressos com deficiência

O saber e o poder na relação docente e discentes com deficiência: avaliação da aprendizagem

Você está aqui porque algumas condições você tem que apresentar, como tem que apresentar os outros alunos também. [...] essa era uma dupla que a gente orientava a questão do projeto de pesquisa e [...] eu falava, falava, e ela não queria entender. Entendeu? Ela não queria porque eu acho que ela estava na zona de conforto dela. [...] eu falei para ela o seguinte: - olha, vocês não estão querendo se comunicar comigo, [...] voltem para a professora A que foi quem começou o processo com vocês. Tipo assim, ó, mandei a “bucha” de volta.

[...]

Talvez tenha que começar a trabalhar com esses alunos, bom... e você nesse processo? Você vai atrás? Você busca? Você reivindica? (Docente 3).

[...] é uma experiência que desconstrói o que você tem como sala de aula. [...] quando você prepara seu plano de ensino, prepara seu material, você tem aquele aluno ideal, não só com capacidades cognitivas altas mas, também, falante e ouvinte (Docente 5).

[...] e tampouco os textos estão disponíveis na internet em braille. Se fazia a seleção dos textos, era entregue para uma associação de deficientes visuais, eles faziam esta tradução e cobravam por página e isso não entrava em licitação. [...] questões que fugiam à regra (Docente 7).

[...] em conversa com a mãe, separado, depois com o pai, eu mostrei, de todas as formas, mostrei os espaços de fotografia, mostrei que eu dou aula no escuro, e que é impossível ela, sem intérprete, ler os meus lábios (Docente 4).



[...] não posso avaliar ele da mesma maneira e é bastante complicado. Porque ao mesmo tempo que eu não posso dar um tratamento privilegiado, exclusivo, eu tenho que incluir ele [...] (Docente 2).

[...] eu nivelo por baixo [...] e mesmo nivelando por baixo você entra em conflito (Docente 6).

[...] ele vai reprovando, reprovando, reprovando, mas de alguma forma, em algum momento ele vai passar, ele vai se formar (Docente 3).

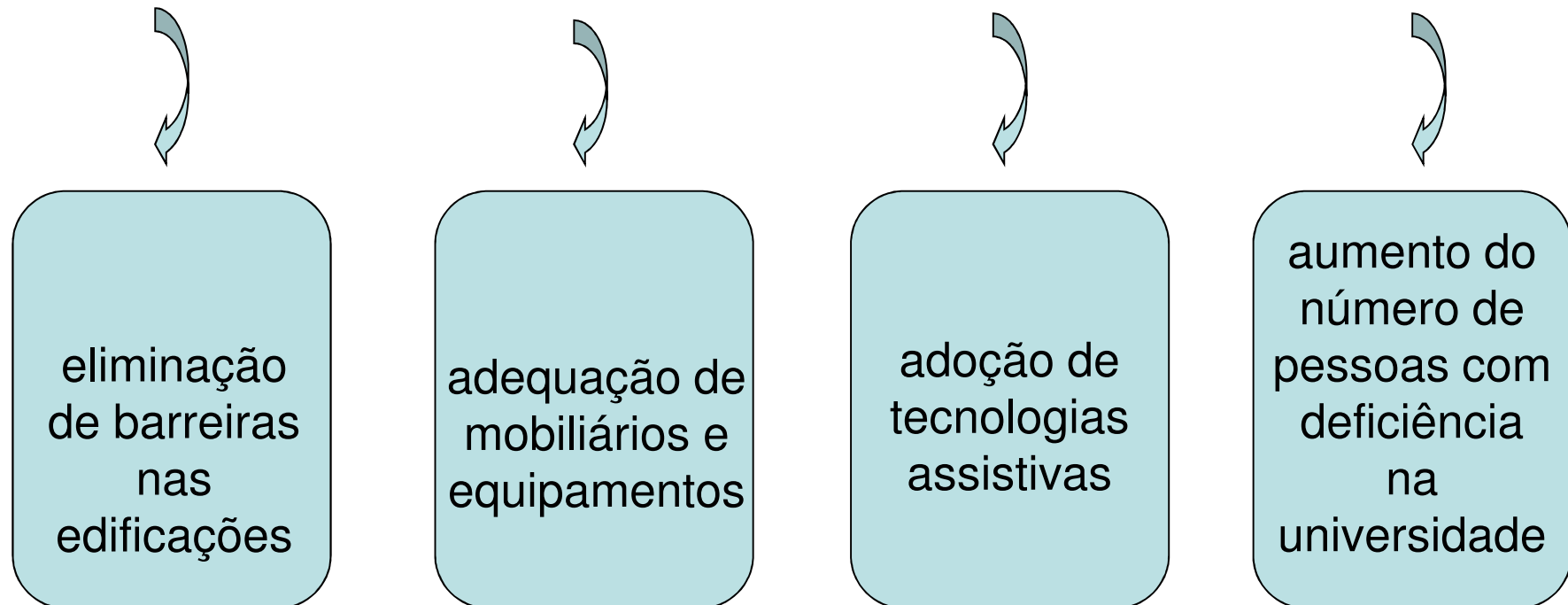
[...]

Inclusive a nossa paciência, dos professores, de todos aqui, já estava no limite. A gente já estava assim: [...] vamos passar porque deu, a nossa parte a gente já fez, e já fez demais (Docente 3).

**CONCLUSÕES
POSSÍVEIS...**

1 - Movimentos relativos à inclusão

Avanços jurídicos no campo da educação inclusiva



INCLUSÃO COMO IMPERATIVO DO NEOLIBERALISMO

Os discursos da inclusão são dispositivos que subjetivam, criando racionalidades que produzem efeitos nos modos de ser docente, criando também nas pessoas com deficiência e suas famílias o desejo de consumir cursos superiores, mesmo que gere exposição e exclusão.

2- DESAFIOS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Compreender a inclusão como uma palavra de múltiplos significados

Desenvolver nova percepção da escola, das formas de aprender, de ensinar

Repensar o que é ser professor

Desconstruir olhares padronizados

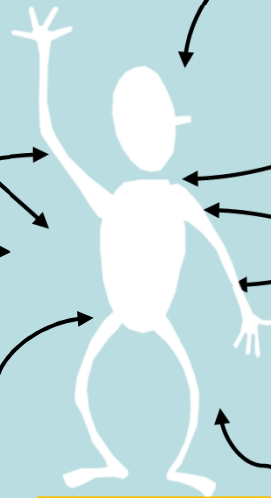
Criar novas possibilidades de organização de espaços e tempos

Romper com formas mecânicas de pensar, ser e fazer

Dominar recursos didático-pedagógicos específicos

Aprender com a diferença

Apropriar-se de conhecimentos relativos às tecnologias assistivas



3 - Processos de subjetivação docente



Decorrentes das políticas de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior, disseminadas nos discursos da mídia, nas normativas institucionais, nos apelos à ética e responsabilidade social, funcionam como tecnologias que produzem subjetividades docentes traduzidas, predominantemente, em posturas amorosas.

Existe um investimento estratégico que captura o docente e o insere em um jogo de culpa (sentindo-se despreparado para a inclusão); de carência (sentindo necessidade de ajuda para melhorar a ação docente), de altruísmo (disposto a dedicar-se ao outro com generosidade). A inclusão frequentemente é tomada como um imperativo, algo inquestionável, algo natural.

4 - Efeitos da presença de estudantes com deficiência na docência universitária

*desassossego; angústia; desalojamento; desinstalação;
desconforto; curiosidade; aprendizagem; receio; desafio;
desamparo; readequação; experiência; descoberta;
inquietação; inquietação permanente; dúvidas; dificuldades;
movimento; ganhos; estímulo; felicidade; surpresa; cuidado;
atenção; melhoria; desconstrução; impasse; diferença;
reavaliação; reescalonamento de conceitos; mudança;
estranhamento; sentir-se o “outro”; preocupação;
impotência; mobilização.*

Mudança nas práticas pedagógicas e na forma de conceber a docência

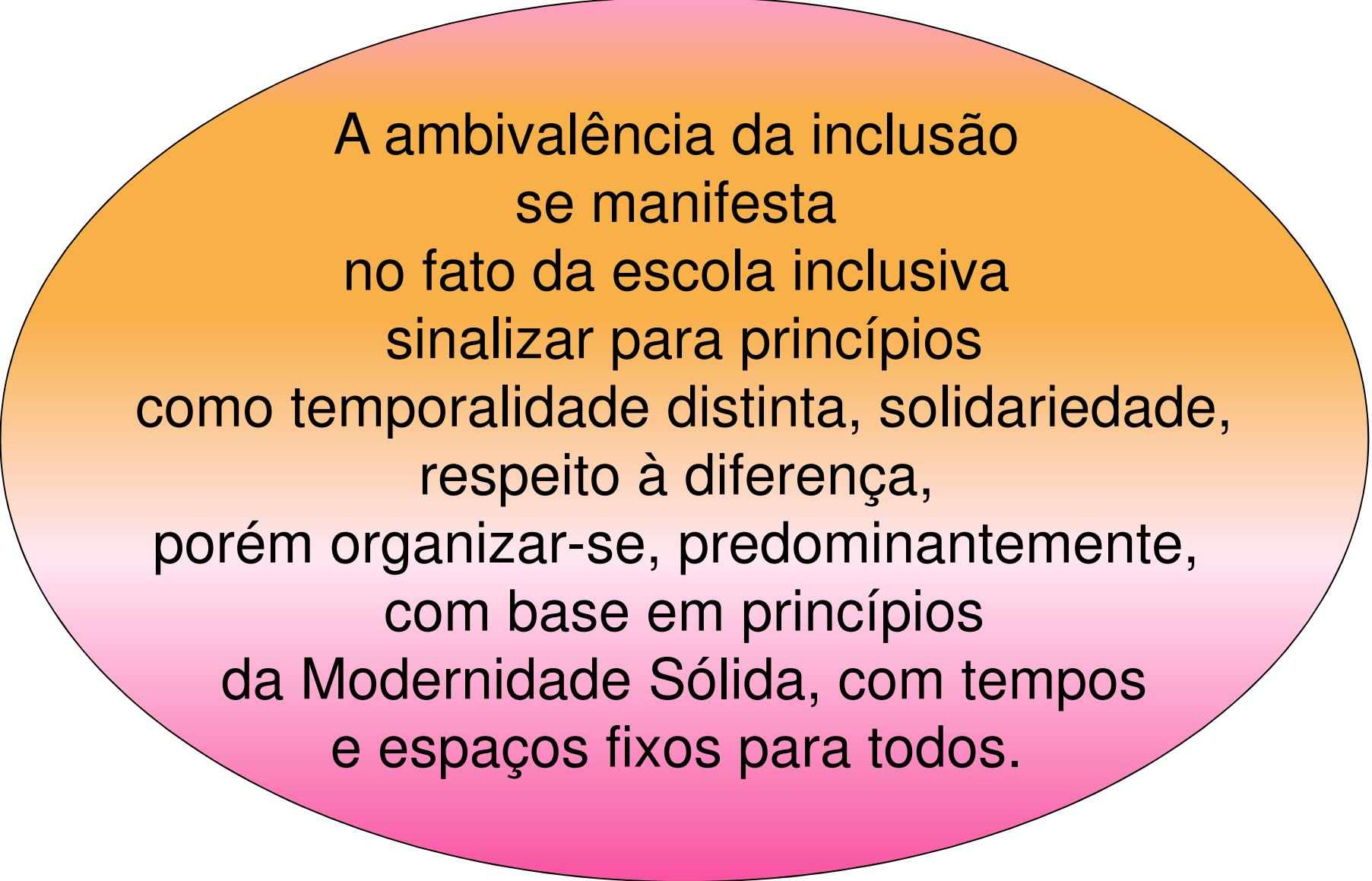
Reflexão acerca das diferentes trajetórias estudantis e das possibilidades (ou impossibilidades) do estudante acessar às profissões dos cursos de graduação

Desnaturalização da presença do estudante com deficiência na educação superior

Descoberta que a docência é uma “profissão”

Aprendizagem com os estudantes com deficiência

Percepção da ambivalência da inclusão



A ambivalência da inclusão
se manifesta
no fato da escola inclusiva
sinalizar para princípios
como temporalidade distinta, solidariedade,
respeito à diferença,
porém organizar-se, predominantemente,
com base em princípios
da Modernidade Sólida, com tempos
e espaços fixos para todos.

**DISPOSITIVOS
LEGAIS PARA O
ENSINO
SUPERIOR**

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA
Subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da
organização acadêmica (presencial)

	Dispositivo Legal/Normativo	Explicitação do dispositivo	Sim	Não	NSA
4	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.	IES apresenta condições adequadas de acessibilidade?			
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	A IES cumpre as exigências da legislação?			

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

	Dispositivo Legal/Normativo	Explicitação do dispositivo	Sim	Não	NSA
9	Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. N° 5.296/2004, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008)	IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?			
10	Disciplina obrigatória/optativa de Libras (Dec. N° 5.626/2005)	O PPC prevê a inserção de LIBRAS na estrutura curricular do curso (obrigatória ou optativa).			

DISPOSITIVOS LEGAIS PARA O ENSINO SUPERIOR

Portaria nº 1.793 de dezembro de 1994 (Ministério de Estado da Educação e do Desporto) - art. 1º -
Recomenda a inclusão da disciplina)

Aviso Circular Nº 277/MEC/GM de Maio De 1996
(encaminha às reitorias de IES sugestões...)

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores na Educação Básica, em nível superior, cursos de licenciatura de graduação plena.

DISPOSITIVOS LEGAIS PARA O ENSINO SUPERIOR

PORTARIA Nº 3.284,

de 7 de novembro de 2003 -

Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

(Revoga a portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, publicada em 3 de dezembro de 1999).

Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

DISPOSITIVOS LEGAIS PARA O ENSINO SUPERIOR

Decreto nº 5.773, de 0 de maio de 2006 -

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto-lei n. 5.626/05, em seu art. 3º, insere a Libras, Língua Brasileira de Sinais, como disciplina.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes de Atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro autista- TEA. Brasília, DF, 2013. (versão preliminar).

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.793, de dezembro de 1994. Recomenda a inclusão da disciplina ou inclusão de conteúdos sobre aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais em cursos de graduação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 1994, seção 1, p. 20767.

_____. Ministério da Educação. **Aviso Circular n. 277/MEC/GM, de 8 de maio de 1996**. Dirigido aos Reitores das IES, solicitando a execução adequada de uma política educacional dirigida aos portadores de necessidades especiais. Brasília, DF, 1996b.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999b, n. 219, seção 1E, p. 20.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores na Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 04 mar. 2002, Seção 1, p. 9.

_____. Ministério da Educação. Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 219, 11 nov. **2003**, seção 1, p. 12.

_____. Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica; n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 13 jan. 2013.

_____. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Presidência da República. Casa Civil. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 10 fev. 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Jan. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=com_content&task=view&id=9737&interna=6>. Acesso em: 21 abr. 2008.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 nov. 2011, seção I, p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 19 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Educação superior**: Em 10 anos, número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%. out. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18124>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012](#). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2012b, seção I, p. 2.

_____. **Censo da educação superior de 2010** – resumo técnico. Brasília, DF, 2012c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Superior. **Documento orientador Programa incluir - acessibilidade na educação superior Secadi/Sesu–2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12257&ativo=496&Itemid=495>. Acesso em: 17 nov. 2013.

_____. **Censo da educação superior de 2011** – resumo técnico. Brasília, DF, 2013c. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2013.

_____. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**: Subsídios os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica (presencial). Brasília, DF, jan. 2014.

BOLZAN, D. P. V. Formação permanente e conhecimento pedagógico compartilhado: possibilidades na docência universitária. In: ISAIA, S.M.A.; BOLZAN, D.P.V.; MACIEL, A.M.R. (Orgs.). **Pedagogia universitária: tecendo redes sobre a educação superior**. Santa Maria: UFSM, 2009. p. 131-147.

DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 273-295.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 29. ed. reimp. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dicionário de Indicadores Educacionais**. Brasília, DF: 2004.

ISAIA, S.M.A.; BOLZAN, D.P.V. Construção da profissão docente: possibilidades e desafios para a formação. In: ISAIA, S.M.A.; BOLZAN, D.P.V.; MACIEL, A.M.R. (Orgs.). **Pedagogia universitária**: tecendo redes sobre a educação superior. Santa Maria: UFSM, 2009. p. 163-176.

LOPES, M.C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre: FACE/UFRGS, v. 34, n. 2, p. 153-170, mai./ago. 2009. (Dossiê Governamentalidade e Educação)

PIECZKOWSKI, T.M.Z; NAUJORKS, M.I. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: diferentes discursos, diferentes expectativas. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau: PPGE/ME, v. 7, n. 3, p. 938-962, set./dez. 2012.

PIECZKOWSKI, T.M.Z. **Inclusão de estudantes com necessidades especiais no ensino superior**. 2008. 68f. Monografia (Especialização em Docência na Educação Superior) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2008.

_____. Estudantes com necessidades especiais no ensino superior. In: VIEIRA, J.A.; VIGNATTI, M.A.P. (Org.). **Leituras da docência da educação superior**. Curitiba: CRV, 2009. p. 121-132.

_____. Expansão e inclusão na universidade: uma questão ética. In: REZER, R. **Ética e ciência na educação superior**. Chapecó: ARGOS, 2013. p. 167-191.

SÃO PAULO. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Sumário**. Relatório Mundial sobre as deficiências. Organização Mundial da Saúde 2011. (Tradução em Língua Portuguesa à Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo). Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/hq/2011/WHO_NMH_VIP_11.01_por.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo, império e políticas de inclusão: problematizações iniciais. In: RECHICO, C.F.; FORTES, V.G. (Org). **A educação e a inclusão na contemporaneidade**. Boa Vista: UFRR, 2008. p. 11-28.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M.C. Inclusão e governamentalidade. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100-Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.



Obrigada